

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA – CAMPUS SERTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GRACIELE SOARES DE ALBUQUERQUE

**TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL: UMA PESQUISA COM A
SOCIEDADE DE SANTANA DO IPANEMA - AL**

Santana do Ipanema
2016

GRACIELE SOARES DE ALBUQUERQUE

**TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL: UMA PESQUISA COM A
SOCIEDADE DE SANTANA DO IPANEMA – AL**

Trabalho de conclusão de curso – TCC apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus Sertão – Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Alcides José de Omena Neto.

Santana do Ipanema
2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB 2058

A345t Albuquerque, Graciele Soares de.
 Transparência na gestão fiscal: uma pesquisa com a sociedade de Santana do
 Ipanema - AL/ Santana do Ipanema / Graciele Soares de Albuquerque.
 42f.
 Orientador: Alcides José de Omena Neto.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) -
 Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de
 Ciências Contábeis. Santana do Ipanema, 2016.
 Bibliografia: f. 39 - 40.
 Apêndice: f. 41 - 42.
 1. Transparência pública. 2. Governo. 3. Gastos públicos. I. Título.

CDU: 657

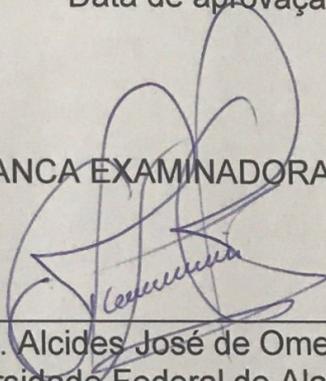
GRACIELE SOARES DE ALBUQUERQUE

**TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL: UMA PESQUISA COM A
SOCIEDADE DE SANTANA DO IPANEMA - AL**

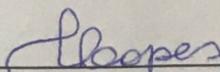
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC,
apresentado a Universidade Federal de
Alagoas - UFAL, Unidade Acadêmica de
Santana do Ipanema, como requisito para a
obtenção do título de bacharel em Ciências
Contábeis.

Data de aprovação: 16/03/2016.

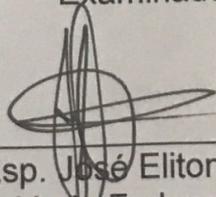
BANCA EXAMINADORA



Prof. Msc. Alcides José de Omena Neto
Universidade Federal de Alagoas
Campus Sertão – Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema
Orientador



Prof. Msc. Leandro da Costa Lopes
Universidade Federal de Alagoas
Campus Sertão – Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema
Examinador



Prof. Esp. José Eliton dos Santos
Universidade Federal de Alagoas
Campus Sertão – Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema
Examinador

Dedico este trabalho aqueles que me amam e apoiam, incondicionalmente: minha família.

AGRADECIMENTOS

Hoje é dia de grande alegria, e ela só tornou-se possível graças a ajuda de algumas pessoas que contribuíram diretamente para finalização deste trabalho. É uma mistura de sensações únicas, quais sejam: dever cumprido, alívio, realização e orgulho.

Ao meu Deus, por ter me dado toda a fortaleza necessária ao longo dessa caminhada, mesmo em momentos de desânimo.

Aos meus pais, Teresinha e Geraldo, por total empenho físico, financeiro e emocional realizados durante toda a minha vida em prol de prover o acesso à educação; a minha irmã Tamires, por estar sempre comigo; aos meus avós, Antônio e Olindina, pelo carinho e apoio em parte da minha trajetória; a meu primo Fábio Henrique pela disponibilidade e carinho vindos de forma tão espontânea e a João e Vânia, pessoas batalhadoras que me apoiaram em um dos momentos transitórios desse percurso educacional. A vocês, o meu mais sincero agradecimento e eterna gratidão.

Aos amigos de turma, em especial os que sempre estiveram ao meu lado, contribuindo para que essa trajetória não fosse tão dolorosa.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação, em especial a professora Patrícia Brandão, pela dedicação, apoio e disponibilidade em aceitar me orientar neste trabalho, inicialmente. Ao professor Leandro Lopes, por todas as contribuições e palavras de incentivo e apoio, à minha admiração pelo profissional competente e comprometido, também pela dedicação em tornar o curso de Ciências Contábeis da Unidade Educacional de Santana do Ipanema referência.

Ao meu orientador, professor Alcides Neto, pelas palavras de incentivo, apoio e disponibilidade de aceitar me orientar neste trabalho, mesmo diante de inúmeras obrigações.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente para que esse sonho tornasse, hoje, realidade: Muito Obrigada!!!

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória
é o desejo de vencer.”

Gandhi

RESUMO

A transparência pública é uma das formas de dar publicidade aos administrados dos atos realizados pelos administradores públicos, sabendo também que os gastos públicos são de interesse de todos, é necessário que o governo possua algum meio de divulgação para que essa prestação de contas se torne cada vez mais transparente. Diante disso, buscou-se investigar se a sociedade de Santana do Ipanema – Alagoas possui conhecimento a respeito das normatizações que tratam da transparência pública, como também se estes buscam acompanhar os gastos públicos do município. A classificação da pesquisa, quanto aos seus objetivos, classifica-se como exploratório. No tocante à abordagem do problema, utilizou-se o método qualitativo e quantitativo. Em relação aos procedimentos da pesquisa caracteriza-se como estudo de caso e bibliográfico, tendo como metodologia de coleta de dados a aplicação de questionário semiestruturado diretamente a sociedade, que depois de tabulados e analisados, puderam sanar os objetivos desta pesquisa. Serão expostos os principais conceitos sobre transparência da gestão pública, governo eletrônico e os instrumentos de planejamento e gestão. Foram entrevistadas 96 pessoas, obtido através de uma amostra com população desse município. Os resultados encontrados apontam que a maior parte dos entrevistados não conhecem as leis que tratam da transparência, tampouco acessam o portal da transparência como forma de acompanhamento dos gastos públicos municipais.

Palavras-chave: Transparência pública. Governo. Gastos públicos.

ABSTRACT

Public transparency is one way of publishing the administration of the acts performed by public officials also know that public spending are of interest to all, it is necessary that the government has some means of dissemination so that accountability becomes each more transparent. Therefore, we sought to investigate whether the company Santana do Ipanema - Alagoas has knowledge about the regulations that deal with the public transparency, but also if they seek to track public expenditures of the municipality. The classification of research as to their goals, is classified as exploratory. Regarding the problem of the approach, we used the qualitative and quantitative method. Regarding the procedures of the research is characterized as a case study and literature, with the data collection methodology to a questionnaire directly semi-structured society, which then tabulated and analyzed, could remedy the objectives of this research. The main concepts of transparency in public management, e-government and the instruments of planning and management will be exposed. They interviewed 96 people, obtained through a sample population of the municipality. The results show that the majority of respondents do not know the laws that deal with transparency, either access the portal of transparency as a way of monitoring of municipal spending.

Keywords: Public transparency. Government. Public spending.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Informações buscadas no Portal da Transparência.....	36
Tabela 02 - Informação relevante para manutenção da transparência.....	39

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 - Segmentos da sociedade.....	31
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Gênero.....	32
Gráfico 02 - Faixa etária.....	32
Gráfico 03 - Renda mensal.....	33
Gráfico 04 - Conhecimento a respeito das normatizações que tratam da transparência pública.....	34
Gráfico 05 - Conhecimento sobre os instrumentos de planejamento estratégico existentes na esfera pública.....	34
Gráfico 06 - Realização de pesquisa em meio eletrônico para acompanhar os gastos municipais.....	35
Gráfico 07 - Conhece o Portal da Transparência.....	36
Gráfico 08 - Compreensibilidade dos dados do Portal da Transparência.....	37
Gráfico 09 - Informações que devem ser publicadas.....	38
Gráfico 10 - Conhecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	38
Gráfico 11 - Participação em audiências públicas.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LC	Lei Complementar
EUA	Estados Unidos da América
GTTI	Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação
e-MAG	Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico
e-GOV	Governo Eletrônico
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
CNM	Confederação Nacional de Municípios
PPA	Plano Plurianual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Caracterização do Problema.....	15
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Geral.....	15
1.2.2 Específicos.....	15
1.3 Delimitação do Estudo.....	16
1.4 Justificativa.....	16
1.5 Hipóteses de Pesquisa.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 Transparência da Gestão Pública.....	18
2.2 Governo Eletrônico.....	20
2.3 Instrumentos de Planejamento e Gestão.....	23
2.3.1 Plano plurianual (PPA).....	24
2.3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	25
2.3.3 Lei Orçamentária Anual (LOA).....	26
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 Classificação da pesquisa.....	28
3.2 Perfil da amostra da pesquisa.....	28
3.3 Coleta de dados.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
4.1 Perfil do entrevistado.....	31
4.2 Participação do cidadão na fiscalização da gestão fiscal.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICE.....	45

1 INTRODUÇÃO

A transparência pública é um meio de fornecer publicidade aos administrados dos atos realizados pelos administradores públicos, que atuam em nome de todos, para que se possa combater/amenizar a corrupção. Em dias atuais, com o considerável avanço tecnológico, o acesso à informação por meio de veículos de comunicação, possibilitou ao cidadão acompanhar as movimentações de recursos públicos pelos seus gestores.

Uma das cobranças desse novo contexto social é a manifestação de uma maior transparência no que se refere os Recursos Públicos na gestão administrativa. Além de atender ao Princípio da Transparência, que faz representação a um dos pilares da Administração Pública, o processo de maior transparência contribui para uma melhor avaliação por qualquer cidadão do destino final dos recursos públicos arrecadados.

O foco desse estudo está direcionado no sentido de compreendermos se a sociedade, como um agente fiscalizador, utiliza os portais eletrônicos de transparência como forma de acompanhar a aplicação desses recursos.

Este trabalho busca entrevistar a sociedade de Santana do Ipanema, através de uma amostra realizada com os 44.914 habitantes, segundo os dados do último censo demográfico fornecidos no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), resultando em 96 pessoas indagadas.

Com a presença da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei Complementar 101 e da Lei 12.527, onde todas estão relacionadas com o aspecto de dar publicidade as contas públicas, esse trabalho está pautado no conhecimento e acompanhamento das contas públicas pela sociedade de Santana do Ipanema diante da transparência pública do referido município em relação ao panorama legal citado acima.

Para tanto, convencionou-se organizar este trabalho em quatro capítulos, abordando primeiramente o referencial teórico apresentando a transparência da gestão pública, governo eletrônico e os instrumentos de planejamento e gestão, seguido de procedimentos metodológicos, passando pelos resultados e discussões e finalizando com a conclusão do trabalho, no qual também serão sugeridas algumas melhorias para aperfeiçoar o serviço e melhor servir à população.

1.1 Caracterização do Problema

Diante do contexto legal, que expõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), propondo que todos os entes da administração pública deveriam publicar e proporcionar o amplo acesso aos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; às prestações de contas e ao respectivo parecer prévio; ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal; e às versões simplificadas desses documentos (LC 101/2000), como também, da LC 131, que passou a exigir desses entes a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos, estabelecendo prazos diferenciados para os municípios de acordo com o número de sua população para o cumprimento desta nova exigência. Partindo desse aspecto legal, esse trabalho será conduzido com base na seguinte questão: Como funciona a relação de conhecimento e pesquisa da sociedade santanense perante a transparência pública na gestão municipal?

1.2 Objetivos

1.2. 1 Geral

Observar se a população (ou os contribuintes) possuem conhecimento a respeito das normatizações que tratam da transparência pública, como também se estes buscam acompanhar os gastos públicos no município de Santana do Ipanema.

1.2. 2 Específicos

- Verificar se os dados fornecidos são de fácil compreensão;
- Identificar se a sociedade residente nesse município já realizou algum tipo de pesquisa enquanto cidadão;
- Verificar se eles possuem conhecimento de que tipo de informação deve ser publicada no portal da transparência.

1.3 Delimitação do Estudo

Nesse trabalho busca-se avaliar o aspecto qualitativo e quantitativo através de uma amostra realizada por meio de um questionário aplicado a população do município de Santana do Ipanema – Alagoas, a fim de observar o aspecto de conhecimento e acompanhamento do portal da transparência do referido município.

1.4 Justificativa

Em virtude da legislação brasileira (Lei Complementar nº 101/2000, Lei Complementar nº 131/2009 e Lei nº 12.527/2011) que determina a ampla divulgação dos gastos públicos. Segundo Athayde (2002), os dados disponibilizados nem sempre são de fácil compreensão por parte dos cidadãos, por terem uma linguagem efetivamente técnica que dificulta a compreensão dos usuários.

Sabendo que os gastos públicos são de interesse de todos, tendo em vista a sua participação por meio de contribuições, é necessário que o governo possua algum meio de divulgação para que essa prestação de contas se torne cada vez mais transparente. Sendo de grande importância a utilização da tecnologia da informação para o desenvolvimento dos portais da transparência.

Essa pesquisa apresenta-se como a primeira nessa temática e abordagem no município de Santana do Ipanema, desta forma terá a oportunidade de realizar uma avaliação em seu processo de publicidade das informações, bem como discutir melhorias para que tais informações sejam transmitidas aos usuários de forma clara e compreensiva. Sua contribuição na academia está ligada ao conhecimento e avaliação quanto o cumprimento das normas de publicidade das informações contábeis e estimular o desenvolvimento de projetos que objetivem melhorar o entendimento da população.

Portanto, a realização desse trabalho se justifica em observar se a sociedade do município de Santana do Ipanema possui conhecimento a despeito das normatizações que abrangem esse tema, como também se estes já realizaram pesquisas como forma de acompanhamento da gestão, caso isso tenha ocorrido, concluir se de fato a linguagem é eminentemente técnica, como disposto anteriormente.

1.5 Hipóteses de Pesquisa

H₁: Os usuários não possuem conhecimento, mas realizam buscas.

H₂: Os usuários, embora tenham algum conhecimento sobre a transparência pública, não realizam buscas das informações como forma de acompanhar a publicidade da gestão fiscal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transparência da Gestão Pública

Segundo o dicionário Aurélio (2010), transparência indica a qualidade de transparente, de limpidez, ou seja, algo que é realizado de modo claro e evidente.

A transparência pública, por sua vez, é uma forma de dar publicidade aos administrados dos atos realizados pelos administradores públicos, que atuam em nome de todos, para que se possa combater/amenizar a corrupção, como citado abaixo, esse é apenas um aspecto de transparência. Como abordado em seguida por Gebran (2010):

A transparência na administração pública é obrigação imposta a todo o administrador público, porque atuam em nome dos cidadãos [...]. Os destinatários da administração, os administrados, tem o direito à publicidade dos atos estatais e a possibilidade de exercer a fiscalização. O combate à corrupção é apenas um dos aspectos da transparência, mas sequer o principal.

Em dias atuais com o considerável avanço tecnológico, o acesso à informação por meio de veículos de comunicação, possibilitou ao cidadão acompanhar as movimentações de recursos públicos pelos os seus gestores. Segundo Slomsk (2005 *apud* Cruz; Silva e Santos, 2009) a sociedade tem convivido com o avanço dos meios de comunicação, associado à abertura de mercado, precedido de diversas transformações em quase todos os segmentos, dentre os quais se podem incluir a administração pública.

A gestão fiscal refere-se à relação que existe entre as receitas e despesas públicas. Durante um longo período, no Brasil, essa relação apresentou um desequilíbrio para muitos órgãos e entes da Administração Pública brasileira. As reformas por que passou o Brasil, a partir da década de 1990, depois da abertura política, trouxeram em sua disposição a discussão em torno do equilíbrio das contas públicas, que alcançou a aprovação da Lei Complementar nº 101/2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A transparência está diretamente ligada ao princípio constitucional da publicidade e seu estímulo predomina em um dos principais objetivos da Administração Pública, expandindo a divulgação das ações governamentais à

população, contribuindo assim para o fortalecimento da democracia, além de desenvolver as noções de cidadania.

De acordo com Di Pietro (2009 *apud* Santos, 2013), o princípio da publicidade está ligado não apenas à divulgação do método para o conhecimento de todos os interessados, como também aos atos da Administração exercitados nas variadas fases do procedimento, que podem e devem ser abertas aos interessados, para assegurar a todos a possibilidade de fiscalizar sua legalidade.

Conforme Bellver e Kaufmann (2005 *apud* Cruz, 2010) as sociedades democráticas, o acesso à informação e a transparência também pode ser considerado como um dos direitos humanos fundamentais.

A transparência na gestão pública está fundamentada na divulgação periódica de relatórios, na concretização de audiências públicas e na prestação de contas dos administradores dos poderes. Formando-se, simultaneamente, um aspecto de boa governança na relação entre o Estado e a sociedade civil, aumentando assim, o nível de acesso do cidadão às informações sobre o gerenciamento das contas públicas.

A verdadeira transparência não se restringe a admitir acesso a “dados maquiados”, mas sim a oportunidade de todo cidadão obter e interpretar a informação de forma inteira, relevante, pertinente, confiável e etc. Isso nos leva a entender que a transparência acontece de modo efetivo quando realizada de forma compreensível para toda sociedade, com clareza, abertura e simplicidade, apontado por Cruz (2010).

De forma genérica, segundo Cruz (2010), podemos dizer que uma gestão transparente tem como características fundamentais o acesso às informações de forma compreensível para todos os cidadãos, juntamente, com a abertura para sua participação no governo, sendo esta um direito garantido de forma legal aqui no Brasil. Essa comunicação deve contemplar tanto os pontos positivos quanto os negativos, de maneira a apresentar aos interessados uma apropriada compreensão da organização.

A transparência deve descrever todas as atividades realizadas pelos administradores públicos, de modo que a sociedade tenha acesso e captação daquilo que os gestores têm realizado a partir do poder de representação que foi a ele depositado, exposto por Cruz, Silva e Santos (2009) *apud* Cruz (2010).

No âmbito da transparência fiscal, o que foi citado no parágrafo anterior, constitui a possibilidade do acompanhamento claro, transparente, da execução orçamentária e das finanças públicas. Contudo, é importante destacar que dar publicidade não significa necessariamente que está sendo transparente, é preciso que essas informações disponibilizadas sejam capazes de transmitir o real sentido que notícia.

Em um enfoque da transparência da gestão fiscal, Silva (2000, p. 10) expõe que:

A transparência tem como objetivo garantir a todos os cidadãos, individualmente, por meio de diversas formas em que costumam se organizar, acesso às informações que explicitam as ações a serem praticadas pelos governantes, as em andamento e as executadas em períodos anteriores, quando prevê ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos e divulgação de audiências públicas, dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, relatórios periódicos da execução orçamentária e da gestão fiscal, bem como das prestações de contas e pareceres prévios emitidos pelos tribunais de contas.

Para ele, a transparência não deve ser vista apenas a fatos presentes, mas também ser garantida as informações de períodos pretéritos, permitindo estudos de ações comparativas e evolutivas em relação ao desempenho dos gestores ao longo do tempo. Nesse sentido, ela exerce a função de aproximar o Estado e a sociedade e ampliar o grau de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública.

Sendo assim, tão relevante quanto a prestação das contas públicas, é também a forma como estas informações são apresentadas aos interessados. Objetividade, clareza e transparência são aspectos que devem estar interligados.

2.2 Governo Eletrônico

De acordo com Prado (2009), a expressão governo eletrônico foi criada no início da década de 1990, como um mecanismo de marketing governamental a fim de implementar novos sistemas por meio da utilização da internet. Uma das primeiras menções a esse termo foi realizada pelo ex-vice presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Al Gore, em 1993. Ainda segundo Prado, em uma visão histórica, o termo governo eletrônico começou a ser empregado com mais frequência depois da proliferação e consolidação do comércio eletrônico (e-commerce), ocorrendo por volta da segunda metade da década de 1990.

Segundo o portal Governo Eletrônico, fazendo um resgate na história, o Governo Eletrônico surgiu no ano 2000, onde nessa oportunidade foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de examinar e propor as políticas, as diretrizes e as normas que estão ligadas às novas formas eletrônicas de interação, isso por meio do Decreto Presidencial de 03 de abril de 2000. As ações realizadas pelo Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação (GTTI) foram formalizadas pela Portaria da Casa Civil de nº 23 de 12 de maio de 2000, sendo assim, incluídas às metas do programa Sociedade da Informação, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

O trabalho do Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação (GTTI) reuniu esforços em três linhas do programa, que foram:

- Universalização de serviços;
- Governo ao alcance de todos;
- Infraestrutura avançada.

Em julho do ano de 2000, o GTTI sugeriu uma nova política de modo a realizar uma interação eletrônica do Governo com a sociedade, exibindo um relatório que demonstrava a situação da infraestrutura e dos serviços do Governo Federal, como também das aplicações existentes e almeçadas e a situação da legislação sobre o assunto.

No ano de 2002, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, com o auxílio dos membros do Comitê Executivo, publicou um documento que fez a avaliação das atividades dos 2 anos de Governo Eletrônico, relatando os principais avanços e desafios futuros, que serviriam como informações para a continuidade do programa.

O Departamento de Governo Eletrônico, criado em 2004, foi instituído pelo Decreto de nº 5.134, de 07 de julho, com a finalidade de coordenar e articular a implantação de ações unificadas e integradas de governo eletrônico, como também as atividades ligadas à prestação de serviços públicos por meios eletrônicos, além de normatizar e difundir o desenvolvimento de ações e informações de governo eletrônico na administração federal.

Já em 2005, houve o lançamento do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), que indica a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública para ser utilizado por pessoas portadoras de necessidades

especiais, dando-lhes a garantia do acesso total aos conteúdos disponíveis. Com a publicação do Decreto nº 5.450, em julho desse ano, surgindo para regulamentar as compras governamentais, tornando obrigatório na Administração Pública Federal o uso do pregão nas compras de bens e serviços comuns, determinando que a forma eletrônica deverá ser adotada com prioridade.

Em 2006, foi realizada a primeira pesquisa para avaliar os serviços de Governo eletrônico (e-Gov) considerando a Metodologia de Indicadores e Métricas de Serviços de Governo Eletrônico. Essa metodologia procura fazer a avaliação da qualidade dos serviços eletrônicos prestados pelos governos de todos os entes: federal, estadual e municipal; conforme a conveniência para o cidadão, sendo a primeira iniciativa com esse objetivo já realizado no país.

Nessa mesma época, foi difundido o Portal de Convênios para a realização, através da internet, de convênios e contratos de repasse com recursos voluntários da União, estabelecendo uma nova relação entre a Administração Pública Federal e os demais entes da federação. Com esse novo portal foi possível automatizar os atos de credenciamento, celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução do projeto e a prestação de contas.

As ações do Governo Eletrônico priorizam o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) para democratizar o acesso à informação, com finalidade de ampliar o debate e a participação da população na construção das políticas públicas, como também aperfeiçoar a qualidade dos serviços e informações públicas prestadas.

Em consonância com Prado (2004), o governo eletrônico nasce em meio a uma conjuntura ampla, caracterizado de um lado pelos movimentos de aperfeiçoamento do Estado e emergência de temas como *accountability*¹ e transparência, e de outro, pelo aparecimento de novas tecnologias na área da informática que permitiram a criação de sistemas de informação mais vasto, assim como o desenvolvimento acelerado da microinformática e da internet.

A política de Governo Eletrônico no Brasil adota um conjunto de diretrizes fundamentado em três ideias básicas: a participação do cidadão, a melhoria do gerenciamento interno do Estado e a integração com parceiros e fornecedores.

¹ Termo de origem anglo-saxônica, sem tradução exata para a língua portuguesa, segundo Oliveira (2010) se refere ao dever de membros do poder público de prestar contas, para sua consequente responsabilização, estando completamente alinhado com os valores de um Estado democrático de direito.

Modificar a relação do governo com a sociedade e promover interatividade com cidadãos, empresas e órgãos governamentais desenvolve o processo de democratização do país, dinamizando os serviços públicos e proporciona assim, uma administração pública mais eficiente, já que a sociedade possui mecanismos para se manifestar junto às ações governamentais.

Com o avanço da tecnologia, o governo eletrônico não deve ser visto apenas por meio da disponibilização de serviços online, mas também, pela ampla gama de possibilidades de interação e participação entre governo e sociedade e pelo compromisso de transparência por parte dos governos. Em outras palavras, as TIC's (Tecnologia de Informação e Comunicação) contêm um enorme potencial democrático, desde que haja definição política no sentido da participação popular e da transparência, pois o governo pode deixar de oferecer o que não quer mostrar, para conseqüentemente nem mencionar o que quer esconder. Portanto, acerca das informações publicadas e movimentações feitas pelos agentes públicos na *internet*, é por meio de um sistema criado especificamente para essa finalidade, chamado de Governo Eletrônico (e-Gov). Este de certa forma promove a integração entre governo e sociedade.

Contudo, a existência de um portal eletrônico não é condição satisfatória para um total acesso à informação. Ou seja, o acesso ao sítio eletrônico não constitui, necessariamente, acesso à informação de qualidade: completa, precisa, atualizada e compreensível.

Logo, medir a qualidade da informação fornecida pelos sítios eletrônicos do governo e, de modo geral, analisar a qualidade dos próprios sítios é de certa forma, um mecanismo de avaliação do grau de transparência e da qualidade da comunicação entre governo e cidadão.

2.3 Instrumentos de Planejamento e Gestão

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) é constituída por normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, implicando em uma ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e retifiquem desvios capazes de prejudicar o equilíbrio das contas públicas.

Conforme o CNM (2012), a LRF trouxe como premissa fundamental a busca da eficiência pela administração e a obrigatoriedade do alcance do equilíbrio fiscal e estabeleceu que, ao planejar, a administração unificasse os três instrumentos de forma que, em cadeia, todos exercessem efetivamente o papel de direcionar as ações governamentais.

A LC 101/2000, em seu Art. 48, descreve quais são os instrumentos de transparência da gestão fiscal, de modo que será dada ampla publicação, até mesmo em meios eletrônicos de acesso público, são eles: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Nesse trabalho, daremos ênfase em três instrumentos, que são: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.3.1 Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual compreende o instrumento proposto ao planejamento das ações do governo de maneira estratégica, com aspecto político e de efetivação a longo prazo, demonstrando e quantificando o programa de trabalho da gestão e ressaltando as políticas, as diretrizes e as ações planejadas, correspondentes aos objetivos a serem alcançados.

Esse plano não poderá deixar de preparar uma pesquisa a respeito das carências do município, a partir de um estudo das condições de vida da população e da economia local. Os envolvidos na discussão serão os atores econômicos e sociais da localidade, como também os líderes políticos e que possuam representação em seus distintos segmentos, de modo que possa identificar setorialmente os progressos imprescindíveis para que as ações geradas no local e o aperfeiçoamento na prestação de serviços ou formação de bens públicos efetivamente implementem os compromissos assumidos pelo governante, como expõe o CNM (2012).

Segundo a Lei Complementar 101/2000 no seu art. 48, prevê que a participação popular se dará através de audiências públicas durante os processos de realização e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos,

de modo que participem os variados segmentos comunitários e todos os cidadãos, possibilitando assim, uma discussão e análise do destino que será dado aos recursos públicos que a administração pública dispõe.

O Plano Plurianual terá que ser construído durante o primeiro ano do mandato do prefeito, tendo validade a partir do segundo ano de gestão, estendendo-se até o final do primeiro ano do mandato da gestão seguinte. A LRF não apresenta prazos para ser elaborado o PPA, porém a Constituição Federal prevê que este deve ser enviado ao Poder Legislativo até 31 de agosto do primeiro ano do mandato.

2.3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias na sua percepção destina-se a dispor os parâmetros para a reserva dos recursos públicos no orçamento do ente, porém também traça as metas anuais e indica os caminhos a serem seguidos durante o exercício. Tem como finalidade precípua realizar o ajuste das previsões das ações de governo evidenciadas no PPA à realidade da estimativa de arrecadação do ente.

A LDO, além de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, terá que dispor sobre o equilíbrio entre as receitas e as despesas, com critérios devidamente especificados para a limitação de empenho em caso de frustração da receita prevista, para não haver o risco de comprometer as metas de resultado primário e nominal que foram estimados para o exercício financeiro.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a administração terá que estabelecer todas as regras a serem seguidas na execução do orçamento, as metas anuais e as preferências da administração, concorrendo-lhe o ajuste das ações do governo apresentadas no PPA a real condição do erário do ente público.

É neste instrumento de planejamento que serão consideradas as vontades dos cidadãos, pois durante as audiências públicas terão a oportunidade de definir as suas necessidades para aplicação dos recursos públicos.

Na LDO constarão os anexos de metas fiscais e riscos fiscais, onde estarão presentes as metas anuais em valores correntes e constantes, que serão alcançadas no prazo de três anos e que irão corresponder às previsões de receitas e de despesas. Devendo, também, conter uma avaliação de cumprimento das metas dos exercícios passados, apresentando a evolução do patrimônio líquido.

2.3.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual é considerado o mais importante instrumento de planejamento da administração, já que ela representa o gerenciamento aplicado, permitindo administrar o equilíbrio entre as despesas e as receitas públicas.

Segundo o CNM (2012), a LOA autoriza a administração pública a concretizar, no exercício financeiro, despesas designadas ao funcionamento da prestação dos serviços públicos conforme o que possibilita as estimativas de arrecadação das receitas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal traz algumas disposições que devem ser analisadas na preparação do projeto de lei orçamentária anual, como demonstrado a seguir (artigo 5º, da Lei Complementar nº 101/2000):

- Deve estar compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- Conter demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO;
- Será acompanhado de demonstrativo do efeito sobre as receitas e as despesas, fruto de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- Deverá conter reserva de contingência, podendo ser definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais não previstos;
- Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual;
- O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional;
- É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada;

- Não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

Logo, podemos inferir que a Lei Orçamentária Anual é o instrumento utilizado para a conseqüente concretização do conjunto de ações e objetivos que foram delineados visando o melhor atendimento e bem estar da coletividade.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Segundo as concepções de pesquisa de Beuren (2010); Longaray (2010) et. al., essa pesquisa quanto aos objetivos caracteriza-se como sendo uma pesquisa exploratória, pois se procura fazer um estudo exploratório, de tal forma que se possa conhecer com maior profundidade como funciona a relação de informação dos cidadãos em relação as normas e o acompanhamento dos gastos públicos de Santana do Ipanema.

No que tange os procedimentos da pesquisa, caracteriza-se como sendo o de levantamento (ou survey), já que serão realizadas pesquisas diretas com o público-alvo desejado.

Em relação à abordagem do problema, será utilizado o método qualitativo e quantitativo, pois visa analisar a relação de acompanhamento por parte dos entrevistados no que se refere as buscas realizadas no portal da transparência, como também a relevância da informação como forma de manutenção da transparência pública, aspectos esses não observados em um estudo quantitativo; procurou-se quantificar os dados colhidos que não puderam ser vistos por meio do estudo qualitativo.

3.2 Perfil da amostra da pesquisa

Conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes da Federação devem disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes aos gastos públicos.

Nesse estudo, buscou-se analisar o nível de conhecimento e acompanhamento da população do município de Santana do Ipanema – Alagoas, no que se refere a transparência das contas públicas, tendo em vista que a transparência é uma forma de dar publicidade aos administrados dos atos realizados pelos administradores públicos.

Para saber o número da população-alvo, foi utilizado como base o censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, o qual encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico: <www.ibge.com.br>.

Conforme dados fornecidos no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Santana do Ipanema possui 44.914 habitantes, dos quais 96 foram investigados nesta pesquisa, sendo obtido por meio de cálculo de amostra.

Para calcular o tamanho da amostra, foi utilizada a fórmula para populações finitas:

$$(1) \quad n = \frac{[N \cdot \sigma^2 \cdot z^2]}{[(N-1) \cdot d^2 + \sigma^2 \cdot z^2]}$$

onde:

n: tamanho da amostra

N: tamanho da população

σ : desvio-padrão da população

z: nível de confiança

d: erro amostral

A aplicação dessa fórmula resultou em 96 como tamanho da amostra, sendo esse o número de pessoas a serem entrevistadas no município de Santana do Ipanema, para um nível de confiança de 95% e aceitando um erro amostral de 0,10:

$$n = \frac{[44.914 \cdot (0,5)^2 \cdot (1,96)^2]}{[(44.914 - 1) \cdot (0,10)^2 + (0,5)^2 \cdot (1,96)^2]}$$

A seleção das 96 pessoas entrevistadas se deu de modo aleatório; sendo realizadas pesquisas diretas nas ruas, estabelecimentos comerciais, escolas, academias de ginástica e escritórios de contabilidade.

3.3 Coleta de dados

Em decorrência do número de habitantes no município, optou-se por restringir a amplitude dos dados a serem coletados, com a escolha de um procedimento de amostragem em detrimento de um censo.

Segundo Gil (2010), a coleta de dados é realizada a partir de entrevistas, observação, análise de documentos. Nesta pesquisa será utilizada a modalidade de entrevistas.

Quanto à modalidade de entrevista, caracteriza como do tipo aberta, Gil (2010) conceitua como sendo entrevista com questões e sequências já determinadas, que o entrevistado tem aberta liberdade de escolher/responder.

Na coleta de dados, foram realizadas entrevistas com a sociedade de Santana do Ipanema. As informações foram obtidas através de investigação a população selecionada, por meio de formulação de perguntas, com a finalidade de responder a questão estudada.

Para a realização da entrevista, utilizou-se um questionário semiestruturado composto por 14 perguntas, sendo 10 específicas do tema e 4 questões adicionais que denotam o perfil do entrevistado.

As aplicações dos questionários tiveram por objetivo fornecer dados que servissem para analisar se a população santanense conhece as normas e acompanham os gastos públicos. O questionário foi dividido em duas partes: a primeira levanta o perfil do entrevistado e a segunda possui os questionamentos a respeito da problemática desta pesquisa.

Para efetivação da tabulação e análise dos dados, foi utilizado como auxílio o programa *Microsoft Office Excel 2013®*, utilizando-se a estatística descritiva e representações gráficas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com a população do município de Santana do Ipanema – Alagoas. Aplicou-se um questionário com dez indagações, composto por perguntas objetivas e subjetivas, sendo dividido em duas partes; inicialmente buscou-se identificar o perfil dos entrevistados, em seguida os questionamentos foram sobre a participação do cidadão na fiscalização da gestão fiscal. Questionamos a respeito das normatizações que tratam da transparência pública; do acompanhamento em meio eletrônico; das informações buscadas no portal; como também se os dados fornecidos são compreensíveis, entre outros aspectos.

4.1 Perfil do entrevistado

O levantamento do perfil foi realizado identificando a profissão exercida, o gênero, faixa etária e renda mensal. Buscou-se aplicar o questionário em segmentos diversos da sociedade, objetivando delinear o conhecimento sobre a temática tratada em categorias que se apresentam como formadores de opinião no contexto local, por se tratar de uma amostra não teríamos como abranger toda a população. Essa segmentação da sociedade, bem como o número de pessoas ouvidas serão descritas a seguir no Quadro 01.

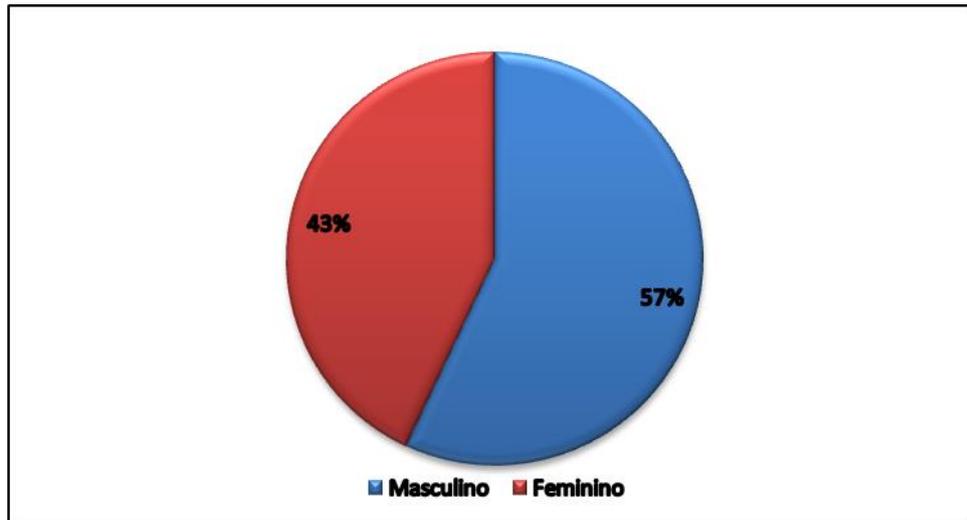
Quadro 01: Segmentos da sociedade.

Nº	Segmentos da sociedade	Nº de Pessoas
01	Sociedade Civil	42
02	Estudantes Universitários	24
03	Servidores Públicos	11
04	Professores – Rede Pública	5
05	Professores – Rede Privada	6
06	Comerciantes	8
Total de entrevistados		96

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Como demonstra o quadro acima, foram ouvidos 96 cidadãos santanenses com o objetivo de demonstrar como se encontra a participação popular no tocante a fiscalização da gestão fiscal.

Gráfico 01: Gênero.

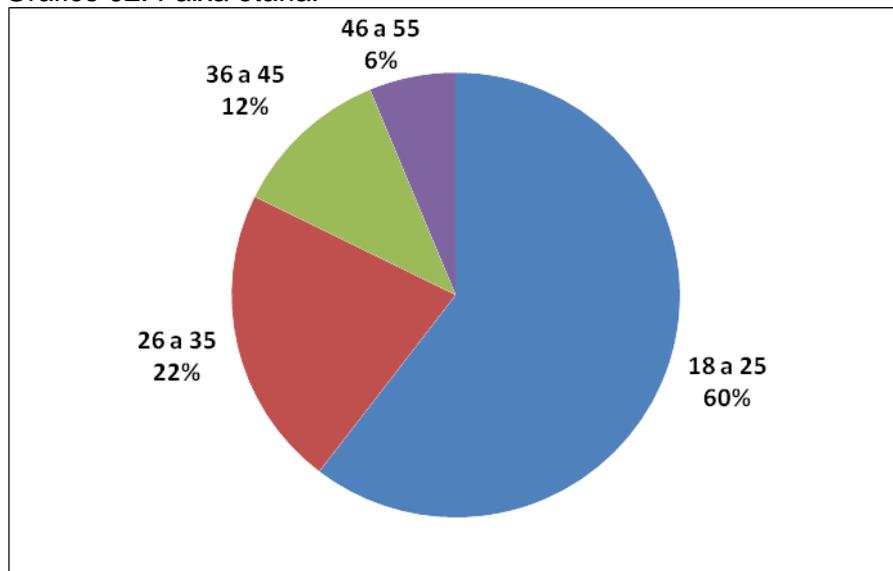


Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Segundo o Gráfico 01, a maior parte dos entrevistados afirmou ser do gênero masculino (57%), representando assim, 55 pessoas do universo estudado; enquanto a outra parcela que se trata do gênero feminino (43%), que representa 41 entrevistadas.

Em relação à faixa etária, a maior parte dos entrevistados enquadra-se na faixa entre 18 e 25 anos, 60%; seguido de 22% que afirmaram estar na faixa etária de 26 a 35 anos; 12% informaram que a faixa etária é de 36 a 45 anos e apenas 6% com idade entre 46 e 55 anos. Esses dados serão expostos de forma mais clara no gráfico a seguir.

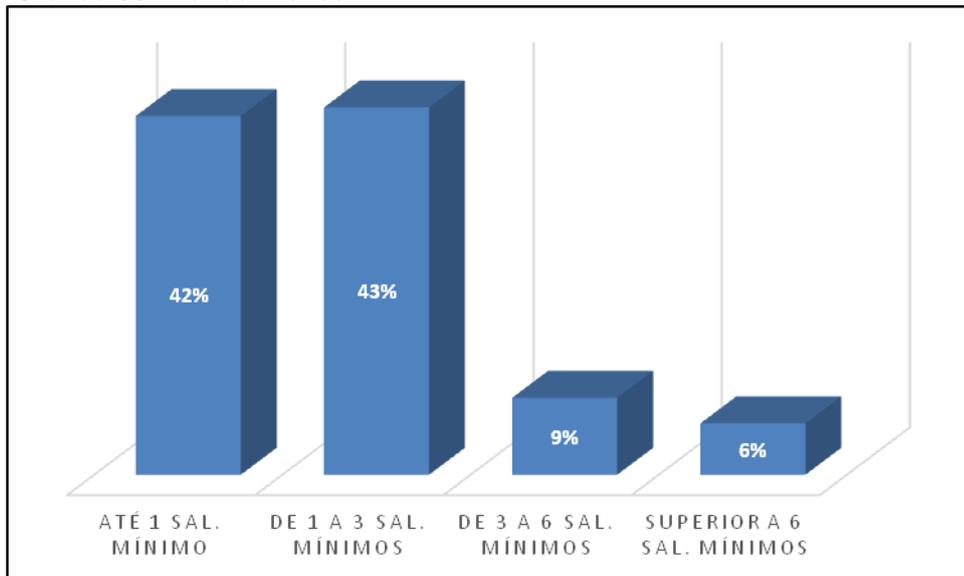
Gráfico 02: Faixa etária.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No tocante a renda mensal dos entrevistados, a maior parte deles possuem renda mensal de 1 a 3 salários mínimos 43%, representando assim 41 pessoas; na sequência com 42% estão os que ganham até 1 salário mínimo, com 40 pessoas; de 3 a 6 salários mínimos o percentual é de 9%, composto por 9 pessoas do público da pesquisa; por fim, 6 % dos entrevistados possuem uma renda mensal superior a 6 salários mínimos, representado por 6 pessoas, como exposto no gráfico a seguir.

Gráfico 03: Renda mensal.



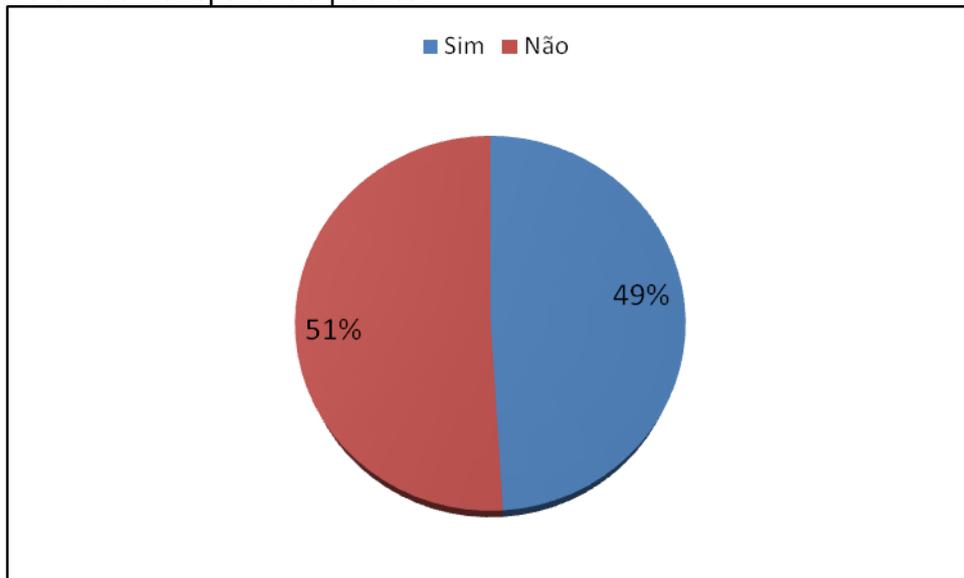
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Assim, concluímos que a maior parte dos entrevistados são do gênero masculino, apresentando faixa etária entre 18 e 25 anos e com renda mensal de 1 a 3 salários mínimos. Constatamos também, que o público alvo é composto predominantemente de jovens.

4.2 Participação do cidadão na fiscalização da gestão fiscal

Nesse tópico, procuraremos identificar o conhecimento dos entrevistados a respeito de alguns aspectos que envolve a transparência pública. No Gráfico a seguir, é possível observar se os entrevistados possuem ou não conhecimento a respeito das normatizações que tratam da transparência pública; 51% afirmaram não possuir conhecimento acerca das normas que trata da transparência, e 49% expressaram ter ciência a respeito da legislação que envolve o tema abordado.

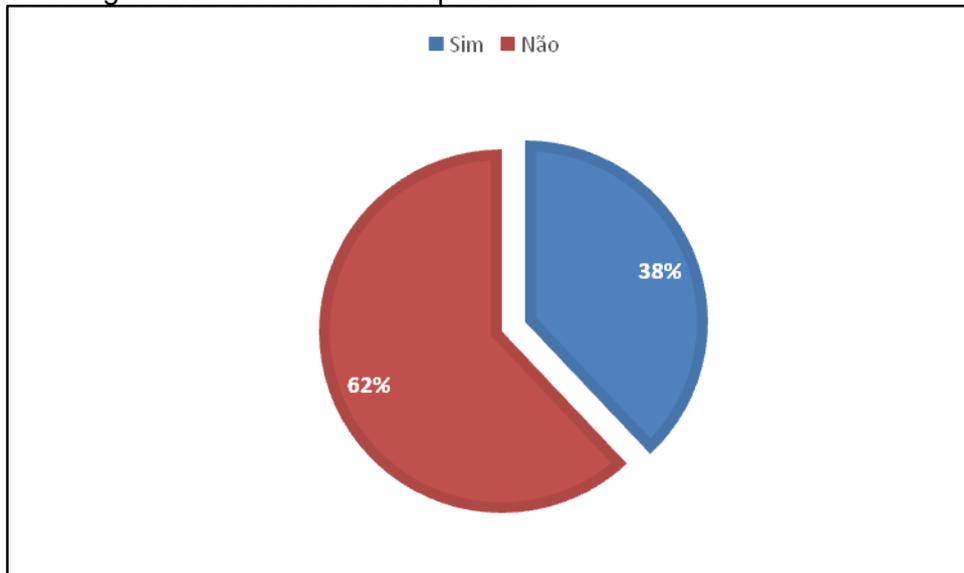
Gráfico 04: Conhecimento a respeito das normatizações que tratam da transparência pública.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No Gráfico 05 será apresentado o percentual de conhecimento dos entrevistados a respeito dos instrumentos de planejamento estratégico existente na esfera pública.

Gráfico 05: Conhecimento sobre os instrumentos de planejamento estratégico existentes na esfera pública.

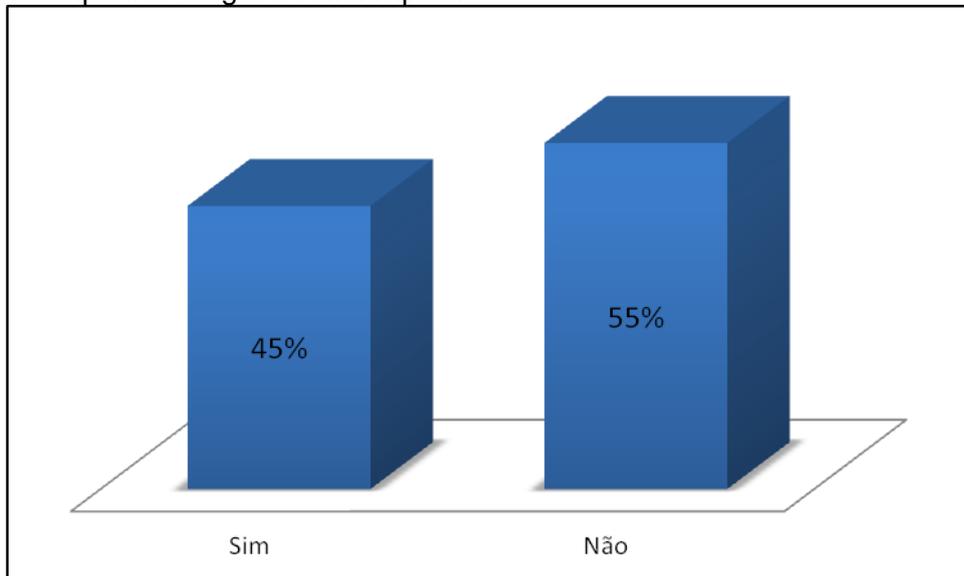


Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

De acordo com o gráfico acima, 62% dos entrevistados não possuem conhecimento sobre os instrumentos de planejamento estratégico que existe na esfera pública, representando 60, de um público de 96 pessoas. E 38% dos

entrevistados disseram que possuem conhecimento no que diz respeito os instrumentos de planejamento.

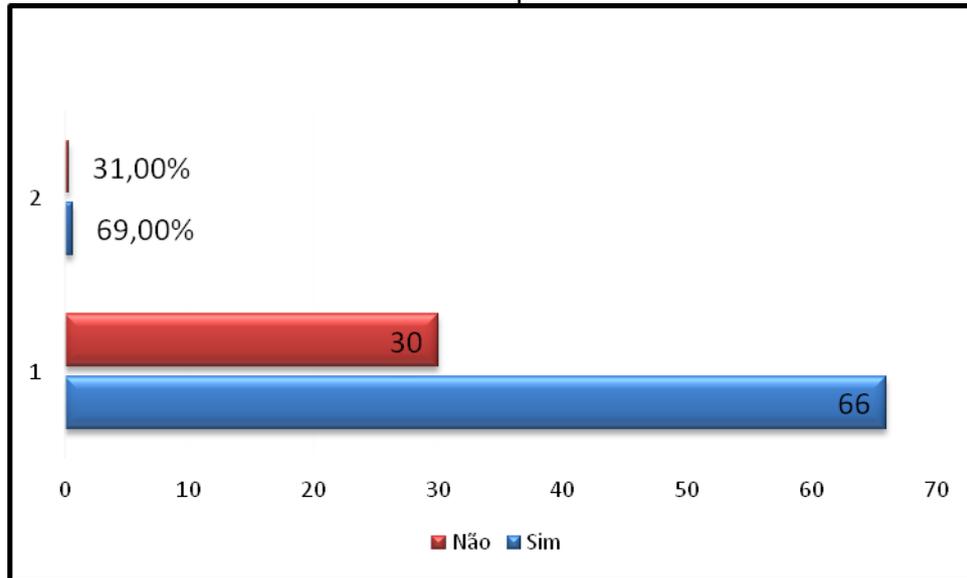
Gráfico 06: Realização de pesquisa em meio eletrônico para acompanhar os gastos municipais.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Em seguida, perguntamos se as pessoas realizam pesquisa em meio eletrônico para acompanhar os gastos municipais, como mostra o Gráfico 06, verificou-se que a maioria das pessoas não fazem essa busca, apresentando um percentual de 55% do universo da pesquisa e 45% disseram já ter acessado a *internet* para acompanhar os gastos do município. Quantitativamente, 53 pessoas nunca realizaram pesquisas como forma de acompanhamento, sendo realizado por apenas 43 pessoas.

Gráfico 07: Conhece o Portal da Transparência.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Seguindo com a explanação dos resultados, ao examinarmos se os entrevistados já haviam realizado algum tipo de pesquisa em meio eletrônico para acompanhar os gastos municipais, perguntamos se, ao menos, conheciam o Portal da Transparência, que tem como finalidade aumentar a transparência da gestão pública, fazendo com que o cidadão acompanhe a real aplicação do dinheiro público, como também, ajude na fiscalização. Constatou-se que 69% dos entrevistados conhecem o Portal da Transparência, e 31% afirmaram não o conhecer. Quantificando, podemos observar que 66 pessoas conhecem e 30 pessoas não possuem conhecimento a respeito do Portal da Transparência.

Tabela 01: Informações buscadas no Portal da Transparência.

Informação	Amostra*	% Total
Gastos municipais	31	47,00%
Transferências	16	24,00%
Despesas com pessoal	11	17,00%
Nenhuma	6	9,00%
Gastos com a saúde	2	3,00%
Total	66	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

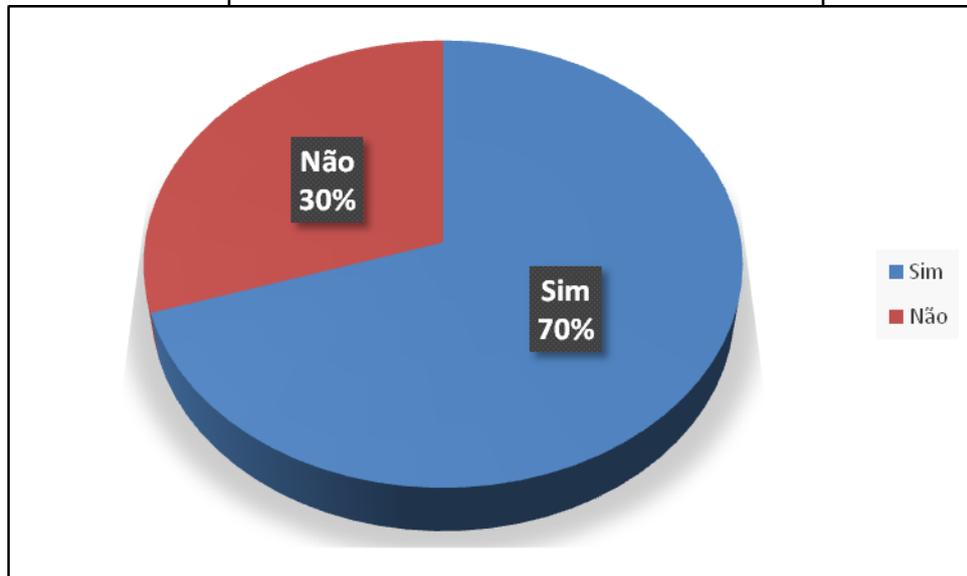
*66 pessoas de um universo de 96.

A Tabela 01 mostra quais são as informações mais acessadas no Portal da Transparência. Esse resultado se deu em uma população de 66 pessoas de um universo de 96 pessoas, visto que foram as que afirmaram conhecer o Portal da

Transparência e ter realizado algum tipo de pesquisa ou não ter realizado, porém possui conhecimento a respeito da sua existência, como demonstrado anteriormente através do Gráfico 07.

Como demonstrada a tabela acima, a informação mais procurada no Portal da Transparência são os Gastos municipais, representando 47%; seguido de Transferências com 24%; Despesas com pessoal com 17%; com 9% estão as pessoas que conhecem o portal da transparência, mas não realizaram nenhum tipo de pesquisa e por fim, 3% buscaram gastos com saúde.

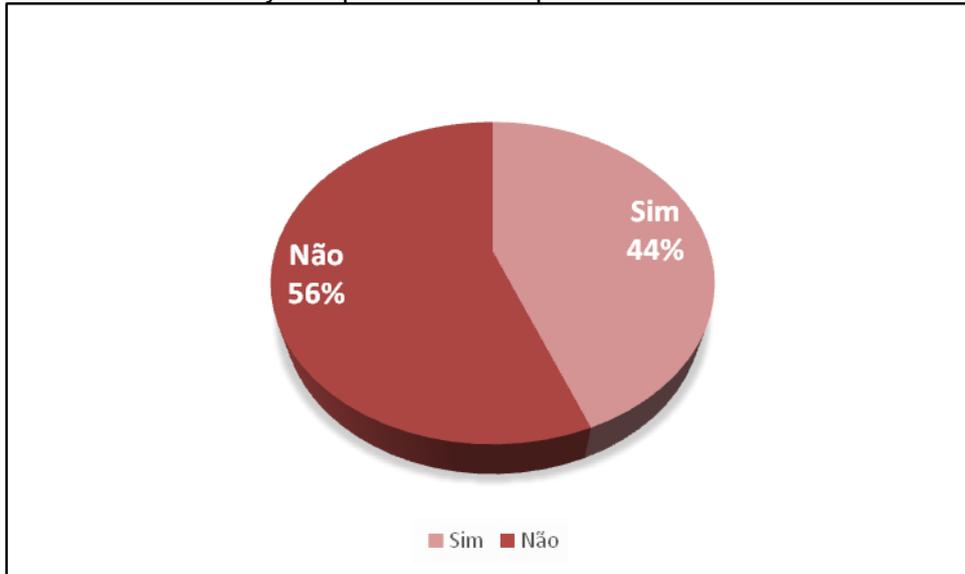
Gráfico 08: Compreensibilidade dos dados do Portal da Transparência.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Quando indagados sobre a compreensibilidade dos dados fornecidos pelo Portal da Transparência, constatamos que 70% dos entrevistados afirmaram compreender o que é disponibilizado no *site*, em contrapartida 30% alegaram não entender os dados apresentados, demonstrado acima pelo Gráfico 08. Esse resultado se deu em uma população de 66 pessoas de um total de 96 pessoas, visto que foram as que afirmaram conhecer o Portal da Transparência e ter realizado algum tipo de busca, como demonstrado antes através do Gráfico 07.

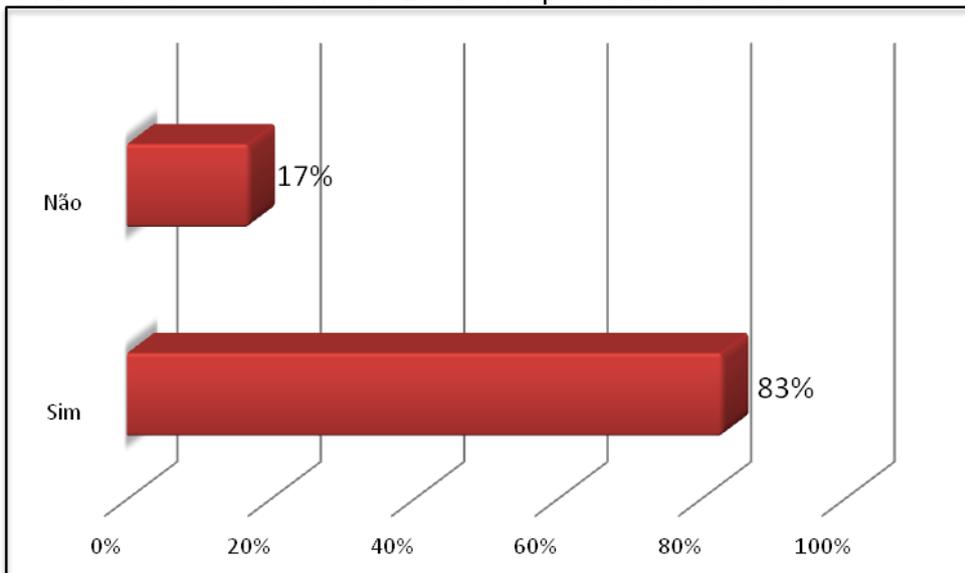
Gráfico 09: Informações que devem ser publicadas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Diante dos dados apresentados no Gráfico 09, chegamos à conclusão que a maior parte da população em estudo, não sabem quais as informações que realmente devem ser publicadas no Portal da Transparência, representando o percentual de 56%, já 44% afirmaram saber quais são essas informações. Quantificando, 54 e 42, respectivamente.

Gráfico 10: Conhecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Perguntamos se os entrevistados possuem conhecimento a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), 83% disseram possuir conhecimento, enquanto 17% afirmaram não possuir. Para melhor exemplificação, acima temos o Gráfico 10.

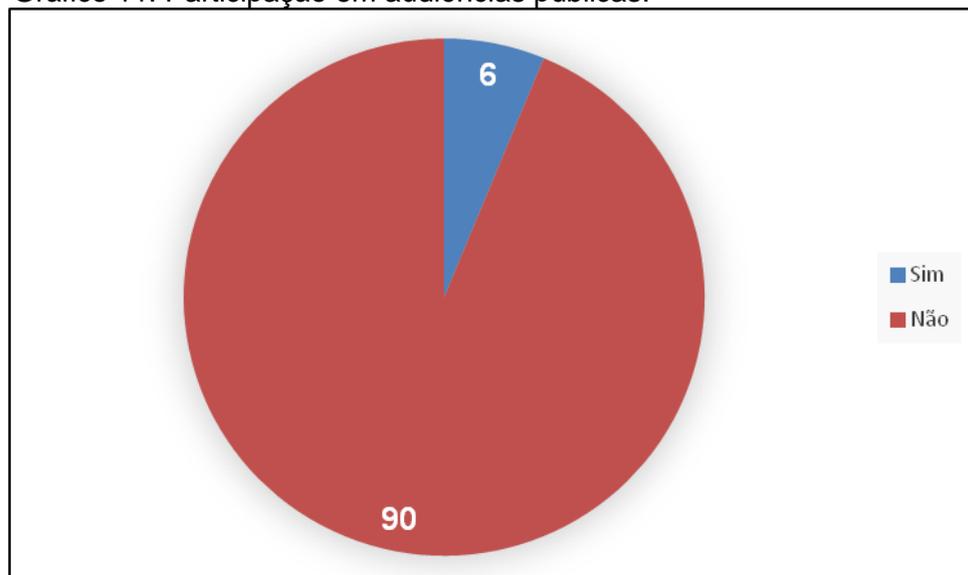
Tabela 02: Informação relevante para manutenção da transparência.

Informação	Amostra	% Total
Despesas com pessoal	7	7,00%
Despesas de custeio	1	1,00%
Transferências	0	0,00%
Receitas	2	2,00%
Despesas com obras	0	0,00%
Todas as opções	86	90,00%
Total	96	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Ao serem indagados qual opção seria relevante para manutenção da transparência pública, com base na Tabela 02, podemos inferir que grande parte da população em estudo, afirma que todas as opções ofertadas no quesito são relevantes para manter a transparência, representando 90%, enquanto 7% alega ser a despesa com pessoal, 2% declara serem as receitas, 1% informou ser despesas de custeio.

Gráfico 11: Participação em audiências públicas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Quanto aos aspectos de participação em audiências públicas para decidir o planejamento estratégico que será seguido por 4 (quatro) anos, obtivemos que 90

peças ou 94% nunca foram a uma audiência, enquanto 6 peças ou 6% já participaram, como demonstra o Gráfico 11.

Concluimos que, o conhecimento da população em relação as normas que tratam da transparência pública se equiparou, ou seja, pouco mais metade da população estudada diz não conhecerem as normas, bem como a maior parte do universo da pesquisa afirma não acompanhar os gastos municipais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que a transparência pública é uma das formas de dar conhecimento aos administrados dos atos realizados pelos administradores públicos, sabendo também que os gastos públicos são de interesse de todos, é necessário que o governo possua algum meio de divulgação para que essa prestação de contas se torne cada vez mais transparente.

Sendo de grande importância a utilização da tecnologia da informação para o desenvolvimento dos portais da transparência. Partindo desse pressuposto, esta pesquisa teve por objetivo investigar se a sociedade de Santana do Ipanema – Alagoas possui conhecimento a respeito das normatizações que tratam da transparência pública, como também se estes buscam acompanhar os gastos públicos do município, gerando assim as conclusões da pesquisa.

Em caráter aleatório, foi possível observar que a maioria dos entrevistados possuem entre 18 e 25 anos de idade, apresentando assim 60%, seguido com 22% os que tem idade de 26 a 35 anos e 18% restante ficou com as duas classificações mencionadas ao longo do trabalho, ou seja, a maioria dos entrevistados possuem idade de até 35 anos.

Um dos principais pontos abordados com a pesquisa foi saber se os entrevistados possuíam ou não conhecimento a respeito das normas que tratam da transparência pública, quais sejam: LC 101/2000, LC 131/2009 e LC 12.527/2011. O resultado se equiparou, porém a maioria afirmou não conhecer. Uma outra indagação que direcionou a pesquisa, foi o acompanhamento da população em relação aos gastos municipais; identificou-se que a maioria dos entrevistados nunca realizaram pesquisas em meio eletrônico como forma de acompanhamento dos gastos municipais. Diante dessas informações que nortearam o trabalho, podemos inferir que as pessoas não conhecem as leis de transparência, tampouco acessam o portal da transparência, tendo resultado negativo em ambas indagações.

Além disso, fez-se perguntas complementares aos que alegaram acessar o portal da transparência. Quando questionados a respeito de quais informações devem ser publicadas, grande parte responderam negativamente, porém a maior parte respondeu sim a compreensibilidade dos dados fornecidos, representando assim 70%; no tocante participação em audiências públicas, o resultado foi negativo em praticamente todo o universo estudado, com 94%.

Relacionando-se o resultado da amostra com as hipóteses de pesquisa, constatou-se que os usuários não possuem o hábito de realizarem buscas, como forma de acompanhamento da gestão fiscal. Parte dos entrevistados, embora não possuam conhecimento aprofundado sobre transparência pública, realizam buscas intuitivamente a respeito da prestação de contas acerca de gastos com pessoal.

A realização da pesquisa comportou-se de modo planejado no projeto de pesquisa sem alterações relevantes, visto que a literatura é vasta acerca do tema e os entrevistados apresentaram disponibilidade em participar da amostra. Como sugestão para pesquisa futura, pode-se inferir a participação popular em audiências públicas, bem como o seu acompanhamento em relação o que foi discutido para constatar sua aplicação parcial ou total no município.

Perante as informações apresentadas, destacamos a necessidade de conscientização ou aprimoramento dos cidadãos, por meio do desenvolvimento de programas/projetos para que desperte nesses indivíduos o acompanhamento dos gastos gerados pelos administradores públicos, tendo em vista que esse recurso é fornecido mediante a contribuição de todos.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, T. R. **A evidenciação de informações contábeis da área social no setor público**: estudo de caso do município de Luziânia-GO. 2002. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.cca.unb.br/images/dissert_mest/mest_dissert_003.pdf> Acesso em: 09 nov. 2014.

BEUREN, I. Maria; LONGARAY, A. Andrade et. al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3 ed. – 5. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL. Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm> Acesso em: 12 fev. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **O livro do prefeito**: alertas indispensáveis para o gestor! Brasília: CNM, 2012.

CRUZ, C. Ferreira; SILVA, L. Martins; SANTOS, Ruthberg. **Transparência da gestão fiscal**: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro - v. 12, n. 3 – Brasília: Contabilidade, Gestão e Governança, 2009.

CRUZ, C. F. **Transparência da gestão pública municipal**: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GEBRAN, J. P. N. **Transparência pública**. Disponível em: <<http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=37>> Acesso em: 12 nov. de 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, G. J. **Governança, governabilidade e accountability: qualidade na administração pública**. Paraná: Iesde, 2010.

PORTAL GOVERNO ELETRÔNICO. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/>> Acesso em: 24 nov. 2015.

PRADO, O. **Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. São Paulo: FGV, 2004.

PRADO, O. **Governo eletrônico, reforma do Estado e transparência: o programa de governo eletrônico do Brasil**. São Paulo: FGV, 2009.

HOLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 21 nov. 2015.

SANTOS, R. M. **A importância do princípio da publicidade no processo licitatório brasileiro**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8208/A-importancia-do-principio-da-publicidade-no-processo-licitatorio-brasileiro>> Acesso em: 11 nov. 2015.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

APÊNDICE

APENDICE A – Questionário da Pesquisa

1 - Perfil do entrevistado:

1.1 Profissão: _____

1.2 Sexo:

Masculino Feminino

1.3 Idade:

- De 18 até 25
- De 26 até 35
- De 36 até 45
- De 46 até 55
- De 56 até 65

1.4 Renda Mensal:

- Até 1 salário mínimo (R\$ 788,00)
- De 1 a 3 salários mínimos (R\$ 788,01 até R\$ 2.364,00)
- De 3 a 6 salários mínimos (R\$ 2.364,01 até R\$ 4.728,00)
- Superior a 6 salários mínimos (R\$ 4.728,00)

2 Participação do cidadão na fiscalização da gestão fiscal:

2.1 Possui conhecimento a respeito das normatizações que tratam da transparência pública?

- Sim
- Não

2.2 Sabe quais os instrumentos de planejamento estratégico existentes na esfera pública?

- Sim
- Não

2.3 Já fez algum tipo de pesquisa em meio eletrônico para acompanhar os gastos municipais?

- Sim
- Não

2.4 Conhece o Portal da Transparência?

- Sim
- Não

Se Sim:

2.5 Qual tipo de informação buscou no Portal da Transparência?

2.6 Os dados fornecidos são compreensíveis?

- Sim
- Não

2.7 O Sr.(a) sabe quais as informações que devem ser publicadas?

- Sim
- Não

2.8 Já ouviu falar da Lei de Responsabilidade Fiscal?

- Sim
- Não

2.9 Na sua opinião, qual o tipo de informação é relevante para a manutenção da transparência:

- Despesas com pessoal
- Despesas de custeio
- Transferências
- Receitas
- Despesas com obras
- Todas as opções

2.10 O Sr. (a) participou de alguma audiência pública para decidir o planejamento estratégico que será seguido por 4 (quatro) anos?

- Sim
- Não